|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| **Termo Aditivo a Convenção Coletiva De Trabalho 2016/2017**  |
|

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:**  |  | SC001016/2016  |
| **DATA DE REGISTRO NO MTE:**  |  | 03/06/2016  |
| **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:**  |  | MR028624/2016  |
| **NÚMERO DO PROCESSO:**  |  | 46220.002669/2016-18  |
| **DATA DO PROTOCOLO:**  |  | 25/05/2016  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:**  |  | 46220.003323/2015-56  |
| **DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:**  |  | 10/06/2015  |

 |

 |
| **SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINEPE/SC,** CNPJ Nº **83.881.094/0001-82**, localizado à Rua Felipe Schmidt, 390, Sala 1301, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-001, representado, neste ato, por seu Presidente, **Sr.** **MARCELO BATISTA DE SOUSA**, CPF Nº 551.531.009-87, conforme deliberação da Assembléia da Categoria, realizada em 15/02/2016 no município de Florianópolis/SC;**E** **SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE TUBARAO – SINPAAET**, CNPJ n. 80.489.925/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GISELE VARGAS; celebram o presente **TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE** As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017 e a data-base da categoria em 1º de março. **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA** O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**, com abrangência territorial em **Capivari de Baixo/SC e Tubarão/SC**. **Salários, Reajustes e Pagamento** **Piso Salarial** **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS** Nenhuma escola poderá pagar hora-aula inferior aos valores abaixo relacionados:

|  |
| --- |
| QUADRO DOS PISOS SALARIAIS |
| C U R S O S | V A L O R |
| ****Educação Infantil****. Professor. Auxiliar de Classe |  R$  7,36R$ 4,20  |
| Ensino Fundamental I - (1º ao 5º ano) | R$ 7,36 |
| Ensino Fundamental II - (6º ao 9º ano) | R$ 10,58 |
| Ensino Médio e Curso Técnico Profissionalizante | R$ 13,35 |
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) | R$ 13,35 |
| Ensino Superior  | R$ 24,58 |
| Pré-Vestibular | R$ 23,40 |
| **Cursos Livres**. Professor. Instrutor |  R$ 10,58R$   5,30 |

 **Parágrafo Único** - Fica vedada para os Auxiliares de Classe a  regência de turma.**Reajustes/Correções Salariais** **CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO** A partir de **1º de março de 2016**, os salários dos professores serão reajustados  em   **11,08% (onze virgula zero oito por cento),** incidentes sobre os salários vigentes em **1º de março de 2015**, compensados as antecipações legais e/ou espontâneas concedidas no período revisando.**§ 1º**Para as Instituições de Ensino Superior, mantenedoras de cursos de graduação, pós-graduação, doutorado e outros, excepcionalmente, o reajuste previsto no “**caput**” desta cláusula poderá ser pago em até duas parcelas, sendo a **primeira** de **5,54%** (**cinco vírgula cinqüenta e quatro por cento**), paga no mês competência **MARÇO/2016;** e a **segunda** de **5,66%** (**cinco vírgula sessenta e seis por cento**), paga no mês competência **JULHO/2016**, **ambas** incidentes sobre os salários vigentes em **MARÇO/2015**, ficando o referido parcelamento condicionado a aprovação expressa do Conselho Superior ou Órgão equivalente da respectiva Instituição de Ensino Superior (IES), desde que haja previsão estatutária.**§ 2º** Para as **Instituições de Ensino Superior (IES)** que em **MARÇO/2015** reajustaram os salários dos professores em  **7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento),**  a **composição da base de incidência para o reajuste salarial de 1º de março de 2016, previsto no “caput” e parágrafo primeiro (§ 1º) desta cláusula**, será igual aos salários vigentes em **1º de março de 2014**, reajustados em **8% (oito por cento).****§ 3º**  Para efeito, exclusivamente, da composição da **base de incidência** para o reajuste salarial de **1º de março de 2017 (DATA-BASE)**, nas instituições de Ensino Superior que adotarem o reajuste previsto no **parágrafo primeiro (§ 1º)** desta cláusula, será considerado o índice de **11,08% (onze vírgula zero oito por cento),** acordado no “caput” desta cláusula, respeitado o disposto no parágrafo anterior.**§ 4º** Considerando a data da assinatura do presente **Instrumento Normativo**, caso o percentual de reajuste salarial utilizado para a elaboração da folha de pagamento do mês competência **MARÇO/2016** tenha ficado abaixo do reajuste estabelecido no **“caput”**e/ou **parágrafo primeiro (§ 1º)** desta cláusula, fica a escola obrigada a pagar a diferença na folha de pagamento do mês competência **ABRIL ou MAIO/2016**.**§ 5º** Para efeito de retenção e recolhimento da **contribuição sindical profissional**, prevista no Capítulo III, Seção I, da CLT (artigos 578 a 591), serão considerados os salários reajustados nos termos do disposto no “**caput**” e/ou **parágrafo primeiro (§ 1º)** desta cláusula, devendo a diferença retida em mês posterior a data-base (**março**), caso ocorra, ser recolhida no mês subseqüente a retenção em **GRCS suplementar**, que deverá ser solicitada ao sindicato profissional e fornecida por este.**§ 6º** Como consequência do presente **Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho**, ficam ajustados e reconhecidos pelas partes que dado o cumprimento do aqui convencionado, ficam quitados quaisquer valores, a qualquer título, quer no presente, quer no futuro, que eventualmente venham a ser questionados, relativamente aos períodos anteriores a este instrumento, excetuando-se o que se refere a contribuição sindical, negocial, confederativa e assistencial.**§ 7º** O estabelecido no parágrafo anterior, não contempla os acordos individuais   celebrados entre a escola e o professor.**Relações Sindicais****Contribuições Sindicais** **CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL** As escolas recolherão ao sindicato dos estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina - SINEPE/SC, via banco, **até 31 de maio de 2016**, a título de Contribuição Assistencial Patronal, com base no art. 513, alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, importância correspondente a **5% (cinco por cento)** da folha de pagamento do mês competência **MARÇO/2016**, ficando isentos os sócios em dia com a contribuição Social.**CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA CONFEDERATIVO** As escolas recolherão ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina - SINEPE/SC, a título de **CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA CONFEDERATIVO**, nos termos do art. 513, Alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com referendum da Assembléia Geral do SINEPE/SC, o valor de **uma mensalidade escolar**, pagável em **JULHO/2016**.**CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL** Na folha de pagamento dos meses de **MAIO** e **SETEMBRO** do ano de **2016**, os estabelecimentos de ensino se obrigam a descontar da remuneração do professor, o valor correspondente ao percentual de **1,5% (um vírgula cinco por cento)**, em cada mês, bem como a depositar os respectivos montantes na conta bancária do sindicato profissional convenente, por meio de guia própria por este fornecida, tendo como data limite o décimo (10) dia do mês subsequente.§ 1º - Será garantido ao professor, além do momento da Assembleia, o direito de oposição ao desconto da contribuição prevista no caput desta cláusula, nos períodos de 04 a 08 de julho de 2016, e 11 a 15 de julho de 2016, no horário das 8 às 12 e das 14 às 17:30h, desde que em documento individual por ele assinado e protocolizado pessoalmente na sede do sindicato profissional, devendo entregar cópia da mesma ao estabelecimento de ensino onde trabalha, no prazo de até 15 (quinze) dias antes do desconto.§ 2º - A obrigação descrita no caput desta cláusula se rege pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, ementário nº 2038-3 de seguintes termos: contribuição Convenção Coletiva – A contribuição prevista em Convenção Coletiva, fruto do disposto no artigo 453, Alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT é devida por todos os integrantes da categoria profissional, não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV do artigo 8º da Carta Magna”.§ 3º - Tratam os referidos descontos de uma relação exclusiva das entidades profissionais e da categoria representada, cuja decisão foi tomada em Assembleia Geral, cabendo tão somente ao estabelecimento de ensino o cumprimento da obrigação de efetivar os mesmos e os consequentes recolhimentos nos prazos estabelecidos.§ 4º - O não recolhimento nas datas implicará às escolas multa de 20% (vinte por cento) dos valores devidos, sem prejuízo da atualização monetária e dos juros, até a data do efetivo pagamento.**Disposições Gerais****Descumprimento do Instrumento Coletivo** **CLÁUSULA OITAVA - DA MULTA** As partes em atendimento ao que determina o art. 613, Inciso VIII, da CLT, atribuem a quem infringir o presente acordo a multa de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), por infração, a ser paga ao empregado ou empregador, conforme o caso, sem prejuízo do cumprimento.

|  |
| --- |
| MARCELO BATISTA DE SOUSAPresidente**SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SINEPE/SC**GISELE VARGAS Presidente **SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE TUBARAO – SINPAAET** |

**ANEXOS****ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL** [Anexo (PDF)](http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/imagemAnexo/MR028624_20162016_06_03T10_45_18.pdf)*A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.*  |